

CORPO-TERRITÓRIO E MEMÓRIA VIVA: UMA MULHER NEGRA, MUSEÓLOGA E ANTROPÓLOGA NO PASSO DOS NEGROS.

PATRÍCIA FERNANDES MATHIAS MORALES¹; SIMONE FERNANDES MATHIAS²; CLÁUDIO BAPTISTA CARLE³

¹Universidade Federal de Pelotas-PPGant – patriciamoralespel@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – PPGant. – simonefernandezpel@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – PPGant – cbarle@yahoo.co.br

1. INTRODUÇÃO

Este resumo apresenta um relato crítico e sensível da minha atuação como mulher negra, pelotense, museóloga e antropóloga no território do Passo dos Negros, localizado em Pelotas/RS. Ao ocupar esse espaço de pesquisa e ação, trago comigo não apenas ferramentas acadêmicas, mas também memórias, afetos e compromissos ético-políticos com a luta antirracista e com a valorização das histórias negras e indígenas da minha cidade. O Passo dos Negros é um território profundamente marcado pela memória da escravidão, pela resistência negra e por processos contínuos de invisibilização. Neste texto, compartilho experiências e reflexões que articulam ciência, direitos sociais e justiça ambiental, entendendo o fazer museológico e antropológico como práticas de escuta, devolutiva e reconstrução de narrativas silenciadas.

Situado na zona urbana da cidade de Pelotas, o Passo dos Negros é um espaço de relevância histórica para a população negra local. Foi rota de tropeiros, território de indígena e de escravizados, depois da abolição, lar de famílias negras que resistem até hoje para manter vivas suas raízes. É também um território afetado por processos de racismo ambiental, patrimonial e como a degradação de recursos naturais, o abandono por políticas públicas e a tentativa constante de apagar sua importância histórica. A ausência de políticas de preservação e de valorização da memória negra e indígena nesse espaço torna o trabalho museológico e antropológico uma ferramenta de enfrentamento das ausências e silenciamentos históricos. Trabalhar nesse território significa lidar com memórias feridas, mas também com formas de resistência cotidianas, com a oralidade como fonte e com a ancestralidade como guia.

Minha atuação no Passo dos Negros não é neutra nem distante. Como mulher negra, retorno a esse território com um corpo que também carrega marcas da exclusão e da luta. A museologia que pratico é social, comunitária, voltada à escuta ativa e à construção coletiva da memória. A antropologia que me guia é crítica, comprometida com a justiça social, e consciente de que o conhecimento não pode mais ser produzido sobre os outros, mas sim com os outros. O museu, aqui, não é uma instituição física, mas uma prática viva, uma roda de conversa, uma visita à casa de um morador antigo, uma caminhada por lugares de memória. Cada encontro é uma oportunidade de devolver à comunidade a sua própria história, contada a partir do seu ponto de vista. A presença da universidade no território, quando feita com respeito e diálogo, pode ser ferramenta de reparação simbólica e fortalecimento das lutas locais.

2. METODOLOGIA

Tenho atuado ativamente no território, na ONG- Cuidando de Nós e pretendo continuar esse trabalho, aprofundando meu compromisso com a comunidade local. Durante minha permanência, desenvolvi ações pautadas na escuta sensível da população, na valorização de suas memórias e na promoção da visibilidade de sua história. Essas práticas dialogam diretamente com os autores De Antoni e Dumouchel (2020) propõem como uma antropologia do afeto, que reconhece a importância dos sentimentos, dos sentidos e da materialidade como formas legítimas de conhecimento e de relação com o mundo com os pressupostos da antropologia afetiva, que entende os afetos, os sentidos e as emoções como dimensões fundamentais das relações sociais e da produção de conhecimento. A escuta das histórias locais e o cuidado com os sentimentos envolvidos nessas narrativas são, portanto, parte de um fazer antropológico que reconhece a importância do sentir como forma legítima de saber. Essas experiências têm demonstrado, de forma concreta, que a ciência pode e deve atuar como aliada das comunidades, especialmente quando se compromete com a transformação social. A partir de uma abordagem inspirada na antropologia do afeto, reconheço que o vínculo com o território não se dá apenas de forma racional ou técnica, mas também por meio de laços emocionais, histórias compartilhadas e vivências sensíveis que constroem um senso coletivo de pertencimento.

A prática extensionista que venho desenvolvendo não está vinculada formalmente a nenhum projeto institucional da universidade, mas reflete meu compromisso pessoal e minha trajetória em iniciativas com esse enfoque. Com base em minha experiência, compreendo a extensão como uma ferramenta essencial para o fortalecimento dos direitos culturais e territoriais dos povos negros. Atuando de forma comprometida com a justiça social, essa prática contribui diretamente para o resgate do pertencimento coletivo, entendendo-o como uma potente forma de resistência frente às múltiplas formas de apagamento histórico e desigualdade. E ao mesmo tempo em que resgata o sentimento de pertencimento como uma poderosa forma de resistência.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O fato de ser uma mulher negra pesquisando um território negro cria uma conexão profunda, marcada por afetos, memórias compartilhadas e identidades entrelaçadas. No entanto, essa conexão também convoca reflexões constantes sobre lugar de fala, escuta e o papel das emoções na construção do conhecimento. Não sou uma observadora neutra: meus passos são guiados pela consciência de que meu corpo também é território, um corpo negro, feminino, acadêmico, atravessado por histórias e lutas, que resiste e reexist(e). Essa experiência de campo, enraizada no cotidiano da comunidade, tensiona as fronteiras tradicionais entre pesquisador e pesquisado. Em vez de manter uma suposta distância objetiva, assumo uma postura ética e política que reconhece a importância de sentir com o mundo, como propõem Andrea De Antoni e Paul Dumouchel (2020). Para os autores, a antropologia do afeto nos chama a valorizar as dimensões sensíveis, corporais e relacionais da prática antropológica, rompendo com o distanciamento analítico e aproximando-se das experiências vividas, dos afetos e da materialidade que compõem o mundo social.

Nesse sentido, escutar as memórias da comunidade, mapear lugares afetivos, registrar oralidades e circular saberes não são apenas técnicas, são formas de ativar sentidos profundos de pertencimento, resistência e produção de conhecimento. É nessa perspectiva que o trabalho que desenvolvo se encontra também com os fundamentos da museologia social, tal como defendida por Mario Chagas. Para ele, o museu deve ser um espaço de escuta, de disputa de narrativas e de protagonismo comunitário. Chagas propõe uma museologia que nasce do território, que reconhece os sujeitos como curadores de suas próprias histórias e que transforma o fazer museológico em ferramenta de justiça social (2002).

Ao unir essas duas abordagens, a antropologia afetiva e a museologia social, compreendo que o campo não é apenas um espaço físico, mas também um espaço simbólico, afetivo e político. Ele me exige um constante equilíbrio entre o rigor científico e a sensibilidade emocional, entre o método e o afeto. O trabalho de campo me atravessa, me afeta e me transforma, reforçando a centralidade das epistemologias negras, da oralidade como fonte legítima de saber e da ancestralidade como método de pesquisa.

4. CONCLUSÕES

Estar no território do Passo dos Negros como mulher negra, museóloga e antropóloga é mais do que uma prática profissional, é uma travessia afetiva, política e ancestral. A produção de conhecimento nesse contexto exige escuta, respeito e compromisso. Este artigo é uma tentativa de afirmar que a ciência que transforma é aquela que se aproxima das dores e das potências dos territórios especialmente aqueles historicamente silenciados e marginalizados (Santos, 2002).

A prática extensionista que venho desenvolvendo não está vinculada formalmente a nenhum projeto institucional da universidade, mas nasce do meu compromisso ético-político e da experiência acumulada em ações voltadas à justiça social. Entendo a extensão como um espaço privilegiado de escuta e de construção coletiva de saberes, capaz de fortalecer os direitos culturais e territoriais dos povos negros e indígenas, ao mesmo tempo em que contribui para o resgate do pertencimento como uma forma de resistência ativa frente aos processos de apagamento histórico. Inspirada nas reflexões de Sueli Carneiro (2020), reconheço a importância de atuar a partir de um tempo próprio, que rompe com a lógica eurocentrada do conhecimento e valoriza as epistemologias negras. Como aponta Lélia Gonzalez (1984), é fundamental considerar o modo como o racismo e o sexismo estruturam a cultura brasileira, impactando diretamente os corpos e territórios negros. Djamila Ribeiro (2017) também nos lembra que ocupar o lugar de fala não é apenas uma posição individual, mas uma reivindicação coletiva por escuta, reconhecimento e transformação social. Além disso, a Museologia Social, conforme Mario Chagas (2002), oferece caminhos potentes para a valorização de memórias e identidades comunitárias, permitindo que as comunidades negras e indígenas se reconheçam como produtoras legítimas de cultura e história. Por fim, ao pensar a universidade como espaço de disputa e reinvenção, recorro à proposta de Boaventura de Sousa Santos (2005), que defende uma reforma democrática e emancipatória da universidade, ancorada no diálogo entre saberes e na promoção da justiça cognitiva. É nesse horizonte que inscrevo minha atuação, como extensão comprometida com a transformação social e com o enfrentamento das desigualdades históricas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, Sueli. Escrito sobre um tempo próprio. São Paulo: Jandaíra, 2020.

CHAGAS, Mario. Memória e poder: dois movimentos. Cadernos de Sociomuseologia, Lisboa, v. 19, n. 19, 2002.

DE ANTONI, Andrea; DUMOUCHEL, Paul. As Práticas de Sentir com o Mundo: Para uma Antropologia do Afeto, dos Sentidos e da Materialidade – Introdução. (Tradução por Diogo Silva Corrêa). Blog do Labemus, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: _____. Primavera para as rosas negras: uma seleção do pensamento de Lélia Gonzalez. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 55–64.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento; São Paulo: Pólen, 2017. (Coleção Feminismos Plurais).

SANTOS, Boaventura de Sousa. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.